



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

PRISCILA MALDONADO FERREIRA

**UMA HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR GASTÃO  
VIDIGAL DE MARINGÁ (1954-1964)**

MARINGÁ

2013

PRISCILA MALDONADO FERREIRA

**UMA HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR GASTÃO  
VIDIGAL DE MARINGÁ (1954-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Estadual de Maringá como  
requisito integral para obtenção do título de  
licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina  
Gomes Machado.

MARINGÁ

2013

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a **Deus**, criador e soberano sobre todas as coisas, que me concedeu sabedoria para concluir mais essa etapa de minha vida;*

*Meus pais **José Carlos e Zilda**, que sempre presaram pela minha formação e acreditaram no meu potencial;*

*Agradeço imensamente a minha orientadora **Maria Cristina**, que com muito carinho e dedicação me ensinou e apresentou a vida acadêmica;*

*Ao meu namorado, **Carlos Augusto**, presente em todas as horas, me apoiando e ajudando com muito amor e carinho a concluir minha graduação;*

*As minhas queridas amigas, **Andressa, Damares, Juliana, Marcela e Renata**, companheiras de todas as horas;*

*Um agradecimento especial à banca examinadora, professora **Maria Angélica** e Ms. **Mário**, pelas contribuições na conclusão deste trabalho.*

FERREIRA, Priscila Maldonado. **Uma história do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal de Maringá (1954-1964)**. 2013. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

## **RESUMO**

Este trabalho investiga a história do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal, fundado em 1953, no município de Maringá, Norte do Paraná, e os exames de admissão ao primeiro ano do curso ginasial no período de 1954 a 1964. Como metodologia adotamos a pesquisa documental desenvolvida pela análise de fontes primárias da história desta instituição de ensino. Destaca-se a relevância das leituras bibliográficas que situaram e contextualizaram a educação brasileira neste período. Ao reconstruir a história da criação da instituição escolar, esta propiciou um olhar diferenciado para a educação secundária no município de Maringá entre a qual até a presente data, poucas pesquisas haviam sido feitas para a compreensão de como ocorreu a integração da escola com a comunidade. A conclusão a qual chegamos com este estudo enfatiza a formação do adolescente e do jovem para o trabalho e cidadania, visto que os conteúdos ministrados privilegiavam o atendimento dos filhos da elite maringaense por meio de conteúdos de cultura geral.

**Palavras-chave:** História da Instituição Pública. Instituição escolar. Educação primária. Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal.

# UMA HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR GASTÃO VIDIGAL DE MARINGÁ (1954-1964)

Priscila Maldonado Ferreira<sup>1</sup>

Maria Cristina Gomes Machado<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho investiga a história do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal, fundado em 1953, no município de Maringá, Norte do Paraná, e os exames de admissão ao primeiro ano do curso ginasial no período de 1954 a 1964. Como metodologia adotamos a pesquisa documental desenvolvida pela análise de fontes primárias da história desta instituição de ensino. Destacamos a relevância das leituras bibliográficas que situaram e contextualizaram a educação brasileira neste período. Ao reconstruir a história da criação da instituição escolar, esta propiciou um olhar diferenciado para a educação secundária no município de Maringá entre a qual até a presente data, poucas pesquisas haviam sido feitas para a compreensão de como ocorreu a integração da escola com a comunidade. A conclusão a qual chegamos com este estudo enfatiza a formação do adolescente e do jovem para o trabalho e cidadania, visto que os conteúdos ministrados privilegiavam o atendimento dos filhos da elite maringaense por meio de conteúdos de cultura geral.

**Palavras-chave:** História da Instituição Pública; Instituição escolar; Educação primária; Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal.

## ABSTRACT

This work investigates the history of the state College Doctor Gastão Vidigal, founded in 1953, in the municipality of Maringá, northern Paraná, and admission tests to the first year of high school in the period of 1954 to 1964. As the methodology we adopted the documentary research developed by the analysis of primary sources in history from this educational institution. Emphasize the relevancy of bibliographic reading that situated and contextualized the Brazilian education in this period. Reconstructing the history of creation of school institution, this provide a different perspective about the secondary school in the municipality of Maringá until the time, few researches had been done to the understanding how occurred the integration of the school with the community. The conclusion we came with this study emphasize the formation of the teenager and the

---

<sup>1</sup> Acadêmica do quarto ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

youth to the work and citizenship, as contest given privilege children with higher income of Maringá through contests of general culture.

**Keywords:** History of public institution; School institution; Primary education; State College Doctor Gastão Vidigal.

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento de pesquisas na área de História da Educação e os processos de modificações da educação no contexto nacional despertou-nos o interesse por aprofundar estudos sobre a instituição escolar primária no Brasil, mais especificamente no estado do Paraná, com ênfase na região norte do mesmo.

Como acadêmica e professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, encontramos-nos envolvidas em questões educacionais, que despertaram nosso interesse no valor histórico das instituições públicas. Neste sentido, este projeto tem por objetivo investigar a história do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal, fundado no município de Maringá, norte do Paraná e as avaliações aplicadas para o ingresso ao primeiro ano do curso ginásial, bem como o desempenho escolar dos candidatos aprovados.

O levantamento dos estudos existentes sobre a história da educação no norte do estado inferiu-se que pouco material foi produzido sobre esta temática e que, por meio de documentos existentes na instituição escolar é possível recuperar a história da educação primária do município de Maringá, acompanhando os processos de mudança no sistema educacional municipal e estadual. Cada instituição escolar em particular, em seu contexto, tem singularidades, que no conjunto, permitem esse conhecimento.

Deste modo, buscamos num primeiro momento entender o sentido do estudo sobre a história de uma instituição pública. Por meio dos documentos disponíveis foi possível compreender o funcionamento da instituição, as práticas ali adotadas e a necessidade de um olhar cauteloso para os acervos históricos, no sentido de afirmar o valor social e sua importância na formação de professores e alunos. (VIDAL, 2005, p. 69).

A pesquisa proposta exigiu um levantamento das fontes existentes nos arquivos da documentação escolar, tais como: relatórios de atividades da escola durante o

período estudado, atas de posses de professores e funcionários e atas de exames de admissão. A posse desses documentos nos proporcionou adotar como metodologia a pesquisa documental de fontes primárias no período de 1954 a 1964, década, período no qual a instituição pública Ginásio Municipal de Maringá – atualmente Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal - foi instituída e passava por suas primeiras modificações.

Desta forma, neste trabalho abordamos num primeiro momento o contexto histórico do estado do Paraná e da cidade de Maringá privilegiando os processos econômicos e políticos no período em que a instituição foi implantada. Num segundo momento analisamos os exames de admissão realizados na primeira década de funcionamento da instituição, para candidatos ao ingresso na primeira série do curso ginásial. Num terceiro momento, analisamos o desempenho escolar na primeira série do curso ginásial dos candidatos aprovados. Por fim, serão apresentadas as considerações finais acerca do tema proposto.

## **2 HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR GASTÃO VIDIGAL: COLONIZAÇÃO, CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO E IMPLANTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Para compreendermos melhor a necessidade de implantação da instituição Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal e as transformações que ocorreram na sociedade maringaense desde a sua fundação até o ano de 1964, fez-se necessário lançarmos um olhar ao passado, especificamente ao período de ocupação do norte do estado e a formação da cidade de Maringá.

De acordo com estudos realizados pelo autor Nelson Dacio Tomazi (1999), muitos estudiosos da época consideraram que a região foi descoberta e passou a ser explorada por companhias colonizadoras, tentaram registrar estes acontecimentos. No entanto, a maioria destes estudiosos procurou confirmar o discurso dominante de que a região era completamente desconhecida, não considerando o fato de que muitos índios das tribos Kaingang, Guarani e Xetá, entre outros caboclos pioneiros habitavam esta região.

Outro discurso entre a maioria dos estudiosos a respeito deste debate envolvendo a reconstrução histórica do norte do estado, é a conquista harmoniosa das terras onde se encontra localizada a cidade de Maringá. Atualmente podemos encontrar estudos que mostram a contradição que há nestas afirmações. Segundo os autores Francisco Silva

Noelli e Lucio Tadeu Mota (1999), no decorrer do século XIX as conquistas destas terras ocorriam em nome da “nação brasileira” e utilizava-se “jagunços” para expulsar indígenas e caboclos. Já no século atual, uma nova motivação justifica a destruição do que restou dos territórios indígenas no Paraná: o “progresso”. Por este motivo, extensas áreas foram destruídas a fim de proporcionar um avanço agrícola e também se pretende inundar extensas áreas do que restou para a produção de energia elétrica.

Ainda de acordo com estes autores, podemos evidenciar que desde o século XVI existem relatos sobre a região e seus habitantes indígenas, e que este espaço nunca esteve completamente vazio, ou era totalmente desconhecido como muitos acreditam. Portanto, a história que envolve a região de Maringá não se iniciou com a chegada das companhias colonizadoras e dos pioneiros, mas sim com a chegada das primeiras populações na região, ou seja, os indígenas e os caboclos. (NOELLI; MOTA, 1999, p.50).

Tomazi (1999) nos mostra em seu ensaio que por volta de 1945/1949, o estado do Paraná e o Governo Federal, por meio de acordos, expropriaram dos indígenas a maior parte de terras da região, restando-lhes apenas 2.000 alqueires de terra, sendo que estas já se encontravam ocupadas por posseiros. Isso indica que a questão da expropriação das terras indígenas foi marcada pela violência, por meio da presença de “jagunços” e métodos considerados ultrapassados, embora a sociedade deste período fosse considerada moderna.

Dentro desta perspectiva cabe ressaltar que, a ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná se deu por meio de pequenas e grandes propriedades. Chegamos a esta conclusão por meio de um discurso desenvolvido após a década de 1930, pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CNTP, “[...] que visava demonstrar o processo de comercialização da área que ela tinha comprado e era novo e diferente.” (TOMAZI, 1999, p. 59). Outro ponto a ser destacado nesta perspectiva é a valorização da figura do fazendeiro e, conseqüentemente, da grande propriedade já que a narrativa dominante deste período era a reafirmação da região como uma extensão da cafeicultura paulista.

Neste sentido, a chegada dos primeiros pioneiros, como a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná está vinculada a cafeicultura, que até meados de 1970 era a principal atividade agrícola praticada nesta região. Deste modo, a ocupação destas terras após a presença dos indígenas, caboclos e posseiros se deu por milhares de

imigrantes de diferentes nacionalidades – japoneses, espanhóis, italianos, alemães, e migrantes de vários estados brasileiros como São Paulo e Minas Gerais.

A cidade de Maringá está localizada na região noroeste do estado, a 127 km de Londrina, onde ocorreram diversas lutas por conquistas de terras, por volta de 1940/1942. O município de Maringá foi estabelecido em um local privilegiado para a cultivação da cultura cafeeira, devido ao clima favorável, localização geográfica dotada por rios afluentes, sendo estes o rio Pirapó e Ivaí. Por suas características naturais favoráveis e a fácil comunicação entre outras regiões e municípios, desde que foi planejada Maringá tornou-se um dos principais núcleos urbanos fundando pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Neste sentido, a implantação dos núcleos urbanos ocorreu de forma facilitada, pois acompanhada de suas características naturais favoráveis, a implantação da cidade de Maringá contou com a continuidade da construção da estrada de ferro incorporada pelo governo federal em 1944 com destino a Guaíra.

Segundo France Luz (1999), a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, colonizadora da região, desde 1938 praticava a venda de lotes nas glebas que futuramente tornar-se-ia a cidade que temos hoje. Estas vendas ocorriam geralmente nos municípios de Londrina e Mandaguari e posterior à venda, os corretores acompanhavam os compradores até seus respectivos lotes, para que verificassem a localização e condições do terreno (LUZ, 1999, p. 124). Neste período (1940/1944), o espigão mestre desta região era constituído por Cambé, Arapongas, Apucarana e Mandaguari. Assim como a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, as primeiras famílias a chegarem e iniciarem suas plantações temia o isolamento. No entanto, vários núcleos urbanos foram se constituindo ao longo do espigão mestre.

O que nem todos sabiam era que, a empresa colonizadora reservava ao centro de sua extensa gleba um local privilegiado para a instalação de uma cidade que no futuro seria o “polo” ocidental, dividindo com Londrina a liderança regional, servindo “[...] dessa forma como centro propulsor de progresso para uma vasta e promissora área agrícola.” (LUZ, 1999, p. 124).

Ao decidirem pelo nome da então “cidade progresso”, os diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná ao se reunirem para tomar esta decisão, optaram pela sugestão da esposa de um dos diretores, que buscou inspiração na canção de

Joubert de Carvalho – Maringá-, composta em 1931 e que retrata o drama da seca no Nordeste e a história de uma migrante, a cabocla “Maria do Ingá.” (LUZ, 1999, p. 125).

O estabelecimento do núcleo denominado “Maringá Velho” ocorreu devido à passagem da estrada de ferro pela região. Desta forma, a companhia colonizadora aguardou que se definisse o traçado da estrada para então estabelecer o local definitivo da cidade. No entanto, um pequeno povoado se formou no local que atualmente conhecemos como “Maringá Velho”. Neste local foi estabelecido o primeiro hotel da cidade – Hotel Maringá- construído pela companhia e, posteriormente, arrendado. A construção deste hotel favoreceu aos viajantes, empreiteiros, corretores e compradores de terras que passavam pela região, ou que ao chegarem não tinham um local definitivo para se instalarem. Contudo, a Companhia não objetivava que o “Maringá Velho” fosse o núcleo definitivo, não permitindo que este povoado se expandisse muito, embora estimulasse a vinda de famílias para aquele povoamento inicial. (LUZ, 1999).

As famílias pioneiras que chegavam ao lote adquirido se acomodavam de acordo com o que podiam, muitas vezes em ranchos de palmito, até que pudessem construir suas casas definitivas. Os primeiros anos eram muito difíceis para as famílias que aqui chegavam, sobretudo, para as de menor recurso, que obtinham da terra alimentos como arroz, feijão, milho, legumes e os demais produtos de necessidade buscavam em povoados próximos como Mandaguari e Marialva.

De modo geral, estas famílias pioneiras já estavam habituadas com o trabalho da terra e dispostas a enfrentar dificuldades, uma vez que vinham de regiões agrícolas do estado de São Paulo, em busca de novas oportunidades. Enquanto a população o índice populacional aumentava, surgiam as primeiras lideranças políticas, que dentre elas podemos destacar Ângelo Planas e Napoleão Moreira da Silva. O prestígio e, conseqüentemente, as lideranças políticas advinham do fornecimento de alimentos e posteriormente, até doações de terrenos para a construção de escolas – o que foi o caso da instituição aqui analisada Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal – igrejas entre outros.

No ano de 1947, com a demarcação definitiva da estação da estrada de ferro, o Dr. Cássio Vidigal demarca oficialmente as linhas de construção da futura cidade, cabendo ao engenheiro Dr. Jorge de Macedo Vieira traçar o plano definitivo: “Com os dados indispensáveis sobre a topografia, o clima e a vegetação da região, que lhe foram

fornecidos pela Companhia, o referido urbanista planejou Maringá de acordo com a mais avançada concepção de cidade existente na época.” (LUZ, 1999, p.135). A planta da cidade determinou a localização dos bairros e suas funções, residencial, comercial, popular, industrial, operário entre outros. (LUZ, 1999, p. 135). O centro cívico e o administrativo receberam uma localização central, próximos a estação ferroviária. Foram reservados espaços para a construção de igrejas, escolas, hospitais, bem como para prédios públicos.

Neste período, Maringá era distrito de Mandaguari e seu crescimento era expressivo. Já no ano de 1948, foi criada pela Prefeitura Municipal de Mandaguari uma agência arrecadadora distrital e uma subprefeitura de Maringá, a fim de substituir a casa arrecadadora.

Após a instalação do município, para atendimento dos filhos das famílias pioneiras, criaram-se escolas em diferentes níveis. Dentre elas, no ano de 1953, Maringá é gracejada com a construção do Ginásio Municipal de Maringá, conforme Lei Municipal n.º 13 de 02/12/1953 e Certidão n.º 77/57 de 02/12/53 por meio da Prefeitura Municipal, com o Prefeito Municipal Sr. Inocente Vilanova Junior e, passando a ser da rede Estadual em 1954, sob o Decreto Municipal n.º 19 de 01/01/1954 e sob Lei Estadual n.º 2.168 de 04/08/1954 com o nome de Ginásio Estadual de Maringá ( 1º Escola do Município a oferecer o 1º ciclo do curso ginasial).

O nome da instituição se deve a uma homenagem a um dos sócios da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Sr. Dr. Gastão Vidigal, no ano de 1958, por ocasião da construção definitiva da sede do Colégio na Rua Líbero Badaró, número 252 que funcionava na Rua Martin Afonso – atual Colégio Instituto de Educação de Maringá.

A simbologia que representa a instituição foi criada no ano de 1973, por um aluno que ilustrou o desenho de uma águia, e levou a conhecimento do então diretor, o Sr. Professor Tércio Silvino Grassmann. A equipe pedagógica da escola decidiu que este seria o símbolo mais apropriado para representar o Colégio, pois este procurava oferecer uma educação de qualidade, visando o futuro à todos que tivessem oportunidade de estudar neste estabelecimento de ensino.

Para se chegar à nomenclatura atual, a instituição passou por inúmeras mudanças, desde sua fundação. Em 1953, ano de sua fundação, recebeu o nome de Ginásio Municipal de Maringá; em 1955 Ginásio Estadual de Maringá; 1958 Ginásio Estadual

Dr. Gastão Vidigal; 1975 Colégio Dr. Gastão Vidigal; 1976 Colégio Dr. Gastão Vidigal – ensino de 1º e 2º graus; 1983 Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – ensino de 1º e 2º graus, e por fim, no ano de 1998, Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino Fundamental e Médio.

No ano de 1966, O Colégio Gastão Vidigal alcançava o estágio de maior instituição educacional e cultural da região, cujo cargo de diretor era cobiçado por políticos, devido ao prestígio que

[...] resulta da soma de pequenos favores prestados à massa indiscriminada dos eleitores, em geral composta por sitiantes, colonos, empreiteiros e caboclos, chegados de todos os rumos. Bem diferente das zonas velhas, onde a política se firma na tradição. O prestígio, nas zonas, cresce ou diminui em função da mobilidade dos habitantes e da difusão dos benefícios dispensados. (ESTRADA, 1961, p. 17).

No decorrer dos anos seguintes, a instituição passou por transformações e conquistas, como a Eleição da primeira diretora, sendo esta a Professora Maria Leny Pereira Gonçalves, participação em jogos escolares, participação no Prêmio Nacional de referência em gestão escolar, em 2007, na qual o mesmo ficou em segundo lugar no Estado do Paraná, entre outros.

Dentro deste contexto é possível compreender que, a criação do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal na cidade de Maringá contribuiu não apenas para o desenvolvimento do município, bem como para o progresso da escolarização em toda a região, uma vez que o mesmo desde sua fundação é referência para outras instituições. Cabe ressaltar que, em alguns momentos deparamo-nos com a falta de arquivos referentes ao histórico deste estabelecimento de ensino e neste sentido não foi possível descrever todo o seu processo histórico na íntegra. No entanto, utilizamos como fonte o site do estabelecimento de ensino o qual conta por meio de relatos de funcionários e ex-alunos o processo histórico desde sua fundação.

Muitos aspectos podem ser estudados sobre a instituição, contudo neste trabalho destacamos os exames de admissão ao primeiro ano do curso ginásial, bem como o desempenho escolar dos alunos após a aprovação no decorrer do ano letivo. Neste sentido, tornou-se necessário compreendermos o contexto em que a educação brasileira se constituía, quais eram as propostas para o sistema educacional e sua repercussão na sociedade.

### **3 ANÁLISE ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS EM PRIMEIRA E SEGUNDA ÉPOCA DE 1954 A 1964**

No ano de 1931, entra em vigor a Reforma Francisco Campos, oficializada por meio do Decreto nº 18.890. Esta reforma objetivava a modernização e a nacionalização do ensino secundário no Brasil. Para tanto, foram instituídas diversas medidas, como o aumento de anos do curso secundário, a subdivisão em dois ciclos, obrigatoriedade da frequência dos alunos às aulas e a reestruturação da inspeção federal. (DALLABRIDA, 2009, p. 185). Dentre estas medidas, foi instituído o exame de admissão “[...] conjunto de provas escritas e orais para ingresso no ensino secundário [...] deveria ser realizado, em nível nacional, na segunda quinzena de fevereiro, sendo que o candidato poderia se inscrever somente em um colégio de ensino secundário.” (DALLABRIDA, 2009, p.187).

No entanto, no ano de 1942 passa a vigorar a Lei Orgânica da Educação instituída pelo então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, a qual viabiliza a recuperação das propostas estabelecidas na década anterior, bem como o projeto de reforma universitária. Em relação ao ensino secundário, Capanema enfatiza a formação de indivíduos com consciência humanística e patriótica além de perpetuar a formação da personalidade do adolescente para a sociedade de forma moral e ética.

Neste sentido, a instituição Ginásio Estadual de Maringá que inicia suas atividades em 1953, utiliza-se dos exames de admissão para selecionar os candidatos a alunos do primeiro ano do curso ginásial ofertado apenas neste estabelecimento de ensino na cidade de Maringá.

Conforme o objetivo desta pesquisa, focamos nossa análise no processo seletivo de candidatos ao primeiro ano do curso ginásial, realizado por meio de exames de admissão. Para tanto, analisamos as atas de avaliação destes exames em primeira e segunda época, no período de 1954 a 1964. Estas avaliações eram realizadas a fim de promover apenas a admissão de alunos considerados “capazes” de frequentarem o curso ginásial ofertado por esta instituição, refletindo o caráter dual social brasileiro descrito por Anísio Teixeira (1989):

[...] a escola comum, a escola para todos, nunca chegou, entre nós, a se caracterizar, ou a ser de fato para todos. A escola era para a chamada elite. O seu programa, o seu currículo, mesmo

na escola pública, era um programa e um currículo para "privilegiados". Toda a democracia da escola pública consistiu em permitir ao "pobre" uma educação pela qual pudesse ele participar da elite." (TEIXEIRA, 1989, p. 439).

Estes exames contavam com uma banca examinadora composta por professores da instituição e um inspetor federal, que buscava avaliar o conhecimento científico de forma escrita e oral dos candidatos, e, portanto a nota da avaliação escrita era somada a nota da avaliação oral, seguida de uma divisão por dois, resultando a média final de cada disciplina. A média final de cada candidato era o resultado da soma destas médias e, posteriormente, divididas por quatro. Caso o mesmo não atingisse a média mínima igual a 5,0, era reprovado. Outro ponto a ser destacado era o critério de eliminação. Caso o candidato não atingisse ao menos a média 4,0 na avaliação escrita da disciplina de português, era automaticamente eliminado, e o restante de sua prova desconsiderada para correção.

Neste sentido, cabe ressaltar que, os exames de admissão realizavam-se em duas épocas: a primeira, no mês de dezembro do ano anterior ao qual o candidato desejava ingressar ao colégio; e a segunda, uma espécie de segunda chamada, realizada sempre em fevereiro, a fim de promover uma segunda chance aos candidatos que não foram aprovados em primeira época, e aos que não obtiveram a oportunidade de participar da avaliação por outro motivo. Os exames eram realizados no decorrer de dois a quatro dias determinados pela instituição.

Em análise ao documento Ata Geral de Exames de Admissão realizados em primeira e segunda época de 1954 a 1964, do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, pode-se notar que os índices de reprovação e eliminação de candidatos a uma vaga eram altos, embora as disciplinas exigidas fossem básicas – português, aritmética, geografia e história. Este fator aponta que era alto o grau de dificuldade para se alcançar a média mínima (5,0) para aprovação e assegurar uma vaga, pois se exigia muito preparo dos candidatos, que em muitos casos buscavam em cursos preparatórios respaldo para estes exames.

Outro ponto a ser destacado é a documentação que era exigida dos candidatos para a realização dos exames de admissão. Era necessário que o candidato apresentasse além da cópia da certidão de nascimento e uma declaração de competência e aptidão para a realização da prova da instituição em que o candidato estudava. Após atender a

esta exigência, o candidato e os pais ou responsável assinavam ao requerimento de inscrição em exame de admissão e uma declaração de que não estava inscrito em outra instituição para realizar esta avaliação.

A tabela abaixo apresenta o número de candidatos a uma vaga para o primeiro ano do curso ginásial em primeira e segunda época, bem como o número de candidatos aprovados, eliminados e reprovados:

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE CANDIDATOS</b>	<b>APROVADOS 1ª ÉPOCA</b>	<b>ELIMINADOS</b>	<b>REPROVADOS</b>
1954	67	61	5	1
1955	63	47	0	16
1956	135	100	20	15
1957	156	16	88	52
1958	241	137	88	16
1959	263	102	112	49
1960	216	185	135	18
1961	277	175	73	29
1962	100	64	34	22
1963	57	7	0	50
1964	77	14	0	14

Tabela 1: Candidatos ao exame de admissão em primeira época do curso ginásial;

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE CANDIDATOS</b>	<b>APROVADOS 2ª ÉPOCA</b>	<b>ELIMINADOS</b>	<b>REPROVADOS</b>
1954	73	44	12	17
1955	46	28	0	18
1956	65	41	24	0
1957	195	56	122	17
1958	153	46	93	14
1959	221	102	85	34
1960	196	42	131	23
1961	43	27	10	6
1962*	-	-	-	-
1963	53	27	0	26
1964	62	17	0	45

Tabela 2: Candidatos ao exame de admissão em primeira época do curso ginásial;

Fonte: Acervo do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal.

No que se refere ao ano de 1956, podemos visualizar que, a população maringense aumentou consideravelmente em relação aos anos anteriores já que foram inscritos cento e trinta e cinco candidatos. Neste sentido, Luz (1999, p. 138) enfatiza que “[...] da mesma forma que em Londrina e em outras cidades mais antigas, muitos indivíduos e famílias inteiras chegavam de todas as partes, em busca de novas oportunidades.”

Esses dados revelam que havia seleção de alunos para ingresso no ginásio em Maringá e esta realidade se manifesta no país como um todo. Neste sentido, evidenciamos que

Estes números ajudam a compreender o papel central que desempenhou, nesse período, a luta pela ampliação da rede escolar e do número de vagas. Evidentemente que esta preocupação vem acompanhada pelas novas necessidades oriundas do processo de industrialização do período e dos anseios republicanos de reconstrução do país da nova elite industrial política e intelectual. (SOUZA, 2012, p. 86).

No decorrer do ano de 1958, verificamos que por meio do número de candidatos é possível compreender o crescimento populacional deste município, pois em “[...] apenas cinco meses após sua fundação, Maringá se tornava sede de um distrito com 3.390 km<sup>2</sup> de extensão”. (LUZ, 1999, p. 138). Em 1954, 67 alunos se submeteram a exames, este número é menor do que os 241 candidatos ao exame em 1958. No decorrer deste período, década de 1950, na medida em que se ampliava o sistema educacional, aumentava-se a preocupação com a questão da seletividade, evidenciada pelos exames de admissão aplicados. (SOUZA, 1999).

No ano de 1961 entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, “[...] que regularia a estrutura e funcionamento da escola brasileira”. (SOUZA, 1999, p. 87). Florestan Fernandes a considerou como “frankenstein” (FERNANDES, 1996, p.473) devido a disputa que se desenrolava em torno da aprovação desta lei. (SOUZA, 1999). Neste mesmo ano, os candidatos a uma vaga totalizaram duzentos e setenta e sete, o que enfatiza a medida de ampliação do sistema de ensino e a seletividade provocada pelos exames de admissão. (SOUZA, 1999).

Ao analisarmos os documentos referentes ao ano de 1962 evidenciamos que “[...] as políticas públicas brasileiras referentes à alfabetização da população [...] não foram capazes de reduzir o número de analfabetos [...] o que é indicativo de uma possível priorização, de outros aspectos relativos à escolarização.” (SOUZA, 1999, p. 87). Em outras palavras, dos cem candidatos inscritos ao exame neste ano, apenas quarenta e quatro foram aprovados enquanto cinquenta e seis foram reprovados e eliminados, o que preconiza o modelo seletivo da escola para a chamada elite, já explicitada por Anísio Teixeira (1989). Não foi possível encontrar no acervo da

instituição documentos referentes aos exames de segunda época. Neste caso, há a possibilidade de não ter ocorrido estes exames. (ATA EXAMES DE ADMISSÃO, 1962).

Em meados de 1964, o número de candidatos à procura de vagas nessa instituição mostra-se relativamente baixo se considerarmos os anos anteriores, pois apenas setenta e sete candidatos foram inscritos no exame de admissão. Podemos observar que este fator é caracterizado pela ampliação do número de vagas ofertadas a população, já que de 1950 a 1960 houve um crescimento considerável em relação às matrículas no ensino primário.

### **ANÁLISE ATAS DE RESULTADOS FINAIS 1954 – 1964: DESEMPENHO NO PRIMEIRO ANO DO CURSO GINASIAL**

Ao ingressar na instituição após a aprovação no exame admissional, os candidatos – agora alunos, formavam turmas geralmente separadas por sexo (feminino e masculino), de vinte a vinte e cinco alunos. Eram ministradas nove disciplinas, sendo elas: Português, latim, francês, matemática, história, geografia, trabalho manual, desenho e canto. De acordo com estas informações, fica evidente que o currículo escolar do período de 1954 a 1964 (primeira década de funcionamento da instituição) apresentava grandes diferenças em relação ao currículo que encontramos nas instituições públicas de hoje.

A seguir apresentamos a Tabela 3 que representa o número de alunos aprovados e o desempenho de cada turma por ano:

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE TURMAS/ALUNOS</b>	<b>APROVADOS</b>	<b>REPROVADOS</b>	<b>ÉPOCA ESPECIAL *</b>
<b>1954</b>	5 TURMAS/140 ALUNOS	116	8	16
<b>1955</b>	5 TURMAS/123 ALUNOS	103	17	-

<b>1956</b>	6 TURMAS/188 ALUNOS	110	70	16
<b>1957</b>	7 TURMAS/203 ALUNOS	150	36	14
<b>1958</b>	7 TURMAS/137 ALUNOS	96	43	12

Tabela 3: Quantidade de alunos e turmas por ano, reprovações e alunos em época especial.

Fonte: Acervo Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal

A partir de 1959, são encontrados os primeiros índices de desistência, reprovação por faltas e cancelamentos de matrículas caracterizados por “situações adversas” nos documentos do acervo da instituição. Com base nos dados apresentados, podemos evidenciar que até a década de 1960 o fracasso escolar era apresentado apenas como um tema relativo. (SOUZA, 2012). No entanto, a realidade das escolas públicas enfatiza que os exames de admissão atuavam como fatores seletivos, de exclusão, já que nem todos tinham acesso à educação de qualidade que oportunizasse a conclusão de seus estudos, tampouco o ingresso em universidades.

O ano de 1955, em que a instituição recebe no nome de Ginásio Estadual de Maringá, esta apresentou a necessidade de formar cinco turmas para atender a demanda de alunos aprovados nos exames de admissão para o primeiro ano do curso ginásial, devido ao crescimento populacional como explicita Luz (1999):

No período de 1951 a 1955 o município de Maringá registrou o maior número de casamentos, visto que já era o mais populoso e apresentava o maior índice de crescimento demográfico; 44,5% dos 7.252 casamentos foram ali registrados, ou seja, o dobro dos registros em Marialva [...] e Mandaguari [...]. (LUZ, 1999, p. 145).

Como aumento de casamentos, conseqüentemente, aumentava-se a população em Maringá e região. Desta forma, a população pressionava o governo local a fim de ampliar os anos de escolarização dos alunos.

No ano de 1958, muitos candidatos recorreram ao estabelecimento de ensino investigado para realizarem a prova de admissão. Este fato ocorreu devido ao grande número de famílias que se deslocavam para o município de Maringá, o que já foi enfatizado em citações anteriores. No âmbito educacional este crescimento populacional

acarretou grandes índices de reprovação, no entanto o número de candidatos aprovados foi satisfatório. Foi necessário formar sete turmas e a partir deste período, “[...] o fracasso escolar passa a ter como uma de suas expressões mais marcantes a repetência e evasão dos alunos.” (SOUZA, 1999, p. 88).

Em outras palavras, o problema da reprovação e evasão escolar entra em cena devido ao aumento no número de vagas ofertado pelas instituições públicas com vistas ao atendimento da população. Desta forma, evidencia-se a seletividade escolar por meio de reprovações e evasão escolar. (SOUZA, 2012, p. 88). De acordo com Anísio Teixeira (1976), a “[...] organização das escolas para finalidade seletiva é o menosprezo às diferenças individuais apenas para eliminar os reputados incapazes [...]”. (TEIXEIRA, 1976, p. 82). Estes aspectos observados por meio da análise do desempenho escolar desta instituição enfatiza o que Teixeira (1976) discutia e apresentava em relação a este fator: “[...] Os que não se revelarem capazes, são reprovados, tornando-se, ou repetentes, ou excluídos.” (TEIXEIRA, 1976, p. 82).

No ano de 1959, o estabelecimento de ensino analisado, que até então recebia a nomenclatura de “Ginásio Estadual de Maringá” passa a chamar-se “Ginásio Estadual Doutor Gastão Vidigal”, devido a homenagem prestada ao Sr. Doutor Gastão Vidigal que disponibilizou o terreno para a instalação desta instituição escolar. Ao ocorrer esta mudança em sua nomenclatura e este estabelecimento de ensino ficar a cargo do Estado, observamos que o número de candidatos para realizar o exame de admissão praticamente triplicou. Sobre isso, Hilda Pívaro Standniky e Meyre Eiras de Barros Pinto (1999) nos revela que “[...] a dinâmica do processo de povoamento se deve às proporções e à rapidez com que contingentes populacionais se dirigiram para a região que se caracterizou por elevado índice de crescimento demográfico [...]”. (STADNIKY; PINTO, 1999, p. 240).

Em meados de 1960, as reivindicações das camadas populares passaram a exigir mudanças no que se refere à escola pública. (SOUZA, 2012). Estas reivindicações juntamente com a ação de políticos e educadores deram origem a uma nova realidade educacional, a qual buscou ampliar o número de vagas ofertadas ao ensino fundamental. No entanto, é em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61 que estas modificações são asseguradas, o que indica um crescimento no sistema educacional brasileiro. (SOUZA, 2012, p. 87).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do que foi exposto podemos evidenciar que os números apresentados e analisados nesse trabalho denotam o aumento populacional da região de Maringá bem como a ampliação do número de vagas ofertadas em todo o Brasil e especificamente na região noroeste do estado por meio da implantação da instituição pública Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal. Contudo, não atendia a toda demanda populacional que pressionava para ampliação do número de anos de escolarização. Neste sentido,

“[...] a educação para todos não se realizava na medida em que os exames de admissão estabeleciam um modelo seletivo que não permitia o acesso de todos os níveis superiores de educação e ainda, que a jubilação cumpria um papel de ‘limpeza’ do sistema excluindo alunos que por diversos motivos não conseguiam concluir os estudos em período considerado razoável.” (SOUZA, 1999, p. 87).

Em outras palavras, a rigidez prevalece nas instituições públicas de ensino a fim de provocar o abandono da aprendizagem e ocasionar os altos índices de reprovação tendo em vista que somente uma pequena parcela alcançaria os bancos escolares. No entanto, na medida em que o número de vagas se amplia devido às necessidades do processo de industrialização, o fator da seletividade passa a ser retratado pelos exames de admissão, ou seja, este método avaliativo privilegia o atendimento dos filhos da elite urbana maringaense.

Outro ponto a ser destacado é o fracasso escolar apresentado por meio dos números estudados. Num primeiro momento esse fator é caracterizado pelo rigor em relação às produções dos alunos, tornando-os estimulados a abandonar a aprendizagem; num segundo momento o fracasso escolar passa a ser enfatizado pela repetência e evasão dos alunos. Estes fatores são evidenciados quando apresentamos os números alarmantes de reprovação e eliminação de candidatos nos exames de admissão e no índice de alunos que apresentam baixo desempenho escolar por meio de reprovações.

No que se refere à formação dos estudantes deste estabelecimento de ensino no decorrer da década de 1954 a 1964, de acordo com Teixeira (1989) podemos enfatizar que “[...] a escola não mais poderia ser a instituição segregada e especializada de preparo de intelectuais ou “escolásticos”, e deveria transformar-se na agência de educação dos trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores

especializados em técnicas de toda ordem [...]” (TEIXEIRA, 1989, p.439). Deste modo, a formação destinada aos estudantes era de cultura geral, para o trabalho e a cidadania, abrangendo a diversas áreas do conhecimento tendo em vista que nosso país encontrava-se em processo de industrialização e esta formação tornava-se necessária para o ingresso ao mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ATA, exames de admissão ao curso ginasial. **Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal**. Maringá, PR. 1954 – 1964.
- ATA, relatório final. **Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal**. Maringá, PR. 1954 – 1964.
- DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, RS. v. 32, n. 2, 2009, p. 185-191.
- ESTRADA, Duque J. F. **Terra Crua**. Curitiba: [s.n.], 1961, p. 17.
- FERNADES, Florestan. 1996. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1996.
- LUZ, France. Maringá: fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 123-140.
- NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. A Pré – História da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 5 – 19.
- SOUZA, Roger Marchesini de Quadros. Fracasso Escolar: a construção de uma categoria explicativa. **International Studies on Law and Education**. CEMOrOc-Feusp/IJI-Univ. do Porto, 10 jan-abr 2012. P. 83 – 90.
- STANDNIKY, Hilda Pívaro; PINTO, Meyre Eiras de Barros. Contribuição ao estudo da presença nipo-brasileira no norte novo de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 239 – 254.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.70, n.166, 1989. p. 435-462.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Brasília: INL, 2ª Edição, 1976.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: Dias, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, PR: Eduem, 1999. p. 51 – 85.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p.60 – 71.